

EMENDA Nº - CMMPV 1304/2025  
(à MPV 1304/2025)

Acrescente-se art. 5º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 5º-1. A Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 3º .....

.....

§ 1º-A. No exercício da competência prevista no incisos VIII, os pedidos de empresas, de grupos empresariais e de acionistas de transferência de concessões, permissões e autorizações, de concentração societária e de realização de negócios entre si serão examinados e decididos pela ANEEL e, na sequência, caso aprovados, serão examinados e decididos pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, sem prejuízo aos prazos legais de submissão do ato de concentração e ao previsto no § 3º do art. 9 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011.’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

Nos termos do inciso VIII (incluído pela Lei nº 9.648, de 1998) do art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, compete à ANEEL, estabelecer, com vistas a propiciar concorrência efetiva entre os agentes e a impedir a concentração econômica nos serviços e atividades de energia elétrica, restrições, limites ou condições para empresas, grupos empresariais e acionistas, quanto à obtenção e transferência de concessões, permissões e autorizações, à concentração societária e à realização de negócios entre si.

Nota-se, todavia, que tal competência não exclui a competência do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC, formado pelo



Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, no sentido da prevenção e da repressão às eventuais infrações contra a ordem econômica, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico.

A competência concorrente da Agência Reguladora e do SBDC exige a articulação das instituições.

Dessa maneira, por se considerar que, nos termos da lei, a Agência Reguladora pode estabelecer restrições, limites ou condições para que as operações se realizem, entende-se adequado que o SBDC somente examine e decida quanto a elas após o exame e decisão da Agência Reguladora.

Assim, evitam-se decisões divergentes ou incongruentes e garante-se que as eventuais restrições, limites ou condições impostas pela Agência Reguladora para a operação sejam igualmente consideradas e observadas no exame do SBDC.

Sala da comissão, 17 de julho de 2025.

